

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 281773

Classificação ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05.03.02

Data
08.11.12



- REQUERIMENTO Número /x (.ª)
- PERGUNTA Número 549 /x (4.ª)

Expeça-se
Publique-se
13/11/08
O Secretário da Mesa <i>Alcorreis</i>

Assunto: **Funcionamento da extensão de saúde de Veiros - Estremoz**

Destinatário: **Ministério da Saúde**

Por determinação de S.ª Secretária da Mesa

08.11.13

lurban

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Em Maio do corrente ano o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo através da Pergunta n.º 1302/X sobre as condições em que estava a funcionar a extensão de saúde de Veiros, nomeadamente sobre a situação que então se verificava em relação à falta de médico.

Em Julho respondeu o Ministério da Saúde afirmando que "a Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de colmatar as carências de recursos médicos, abrindo concursos, no entanto não tem havido clínicos interessados em preencher esses lugares". Nessa resposta afirma ainda o Ministério que "o quadro do Centro de Saúde de Estremoz não se encontra preenchido na sua totalidade, pelo que, para fazer face a esta situação, um clínico do Centro de Saúde de Borba, desloca-se três períodos semanais de quatro horas, para aí realizar consultas".

A verdade é que a resposta dada pelo Governo não tem correspondência com a realidade. De facto, a situação em Veiros continua a degradar-se, a população continua a não ter acesso a consultas médicas, a deslocação do médico a Veiros é marcada pela irregularidade e pela disponibilidade quase exclusiva para passar receitas.

Há utentes que continuam a aguardar meses por uma consulta e outros que não conseguem sequer ter acesso a qualquer consulta porque não se podem deslocar à extensão de saúde, como é o caso de um utente paraplégico.

Recentemente a população de Veiros recolheu cerca de quatro centenas de assinaturas num abaixo-assinado exigindo a rápida solução do problema, designadamente através da colocação de um médico na extensão de saúde.

Aparentemente, quer o Governo Civil de Évora quer a ARS Alentejo demonstraram compreensão pelas exigências da população de Veiros, manifestando no entanto o seu desconhecimento face aos problemas que afectam aquela população. Apenas o Director do Centro de Saúde de Estremoz reiterou a informação já anteriormente transmitida relativamente ao facto de os concursos para contratação de um médico ficarem desertos.



A verdade é que as populações do interior e das zonas rurais têm tanto direito a cuidados de saúde como os habitantes do litoral ou dos centros urbanos e o Governo tem que encontrar os meios necessários para garantir esse direito à saúde garantido pela Constituição da república Portuguesa.

Se os profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) não se sentem motivados a fixar-se no interior e nas zonas rurais então o Governo só tem uma de duas soluções: ou cria incentivos para a fixação desses profissionais nestas regiões ou estabelece regras de colocação destes profissionais como acontece, por exemplo, com os juizes ou os agentes da PSP.

De uma ou de outra forma, o que o Governo tem que fazer rapidamente é resolver o problema que existe na extensão de saúde de Veiros, encontrando os profissionais necessários e a forma de funcionamento adequada para que esta população não seja tratada como população de segunda categoria e possa de facto ter acesso a cuidados de saúde com qualidade.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ao Ministério d, o seguinte:

1. Como justifica o Governo a contradição entre a resposta dada à Pergunta n.º 1302/X feita por este Grupo Parlamentar e a realidade?
2. Quando foram abertos e onde foram publicitados os concursos para contratação de médicos para a extensão de saúde de Veiros?
3. Que avaliação faz o Governo da situação actualmente existente em Veiros e de que indicadores concretos dispõe o Governo no que respeita à frequência com que o médico se desloca àquela extensão de saúde, ao número de consultas realizadas, ao tempo de espera de consulta e ao número de utentes atendidos?
4. Que medidas vai o Governo tomar para resolver a situação e em que prazo?

Palácio de S. Bento, 12 de Novembro de 2008

O Deputado,

João Oliveira